



Escola de Administração Fazendária

Procuradoria-Geral do Distrito Federal

Concurso Público - 2007.2

Gabarito

3

## Cargo: Procurador do Distrito Federal

### Prova Escrita Objetiva

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

#### Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
*“Não importa o tamanho dos nossos obstáculos, mas o tamanho da motivação para superá-los”.*  
(Augusto Cury)
- 5 - DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Na prova há **100 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.9 do edital regulador do concurso.
- 12- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13- Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**Boa prova!**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01- Quanto ao conceito e à classificação das constituições e relativamente à aplicabilidade e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.
- a) Como decorrência do impacto que tiveram os trabalhos teóricos de Hans Kelsen e sua *Teoria pura do Direito*, até hoje o conceito predominante de constituição é essencialmente formal, isto é, técnico-jurídico.
  - b) Sem embargo da noção consolidada de que as leis devem ser interpretadas de acordo com a constituição e não o inverso, é juridicamente admissível que a eficácia de uma norma constitucional fique subordinada à atuação do legislador ordinário, em certos casos.
  - c) As constituições escritas adquiriram prevalência nos diferentes países, ao longo do tempo, porque são mais políticas e sociologicamente estáveis do que as não-escritas.
  - d) Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) aplica a técnica da interpretação conforme a Constituição, deve declarar a inconstitucionalidade da norma que estiver a examinar. Essa técnica pode aplicar-se a qualquer norma infraconstitucional.
  - e) Pelo fato de serem normas jurídicas, tanto os princípios quanto as regras, a interpretação de uns e outras vale-se das mesmas técnicas e dos mesmos procedimentos hermenêuticos.
- 02- Acerca do poder constituinte, da reforma da constituição, das cláusulas pétreas, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, assinale a opção correta.
- a) Não há limites para a ação do poder constituinte originário.
  - b) A característica da superioridade do poder constituinte originário deriva do fato de este ser anterior a todas as outras manifestações de poder em um Estado.
  - c) Por ser integrante da Constituição, a norma constitucional que enumera as cláusulas pétreas, também chamadas de cláusulas de inamovibilidade, é passível de alteração como outros dispositivos constitucionais. Desse modo, é juridicamente possível a aprovação de emenda constitucional que altere o rol daquelas cláusulas.
  - d) Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão firma contrato de mútuo com uma empresa, na vigência de lei que permite a penhora de determinados bens, em caso de inadimplemento da dívida. Posteriormente, entra em vigor nova lei, que passa a classificar como impenhoráveis alguns daqueles bens. Nesse caso, se o mutuário vier a ser executado, poderão ser penhorados todos os bens admitidos pela lei vigente quando da formação do contrato.
  - e) O exercício do poder constituinte derivado, ou poder constituído, sofre limitações de ordem circunstancial, material, processual e temporal, das quais algumas podem ser implícitas.
- 03- Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.
- a) O processo de controle concentrado de constitucionalidade não se rege exatamente pelas mesmas regras do processo individual. Uma das exceções diz respeito à capacidade postulatória, pois algumas das autoridades legitimadas a ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade podem firmar, elas próprias, a petição dirigida ao STF, independentemente do patrocínio de advogado.
  - b) O STF considera que as normas infraconstitucionais anteriores à Constituição em vigor são por ela automaticamente não recepcionadas, de maneira que, nesses casos, não se cria um contencioso de inconstitucionalidade, mas de simples derrogação. Por causa desse entendimento, hoje prevalecente, não é possível o controle de constitucionalidade do chamado direito pré-constitucional.
  - c) A intervenção federal não se presta ao controle de constitucionalidade.
  - d) Os governadores de estados-membros e do DF têm legitimidade para ajuizar ADI em relação a qualquer lei estadual ou distrital de outra unidade da Federação, na defesa da Constituição Federal.
  - e) A Lei (federal) n. 9.794, de 20 de abril de 1999, alterou a denominação do Aeroporto Internacional de Brasília para "Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek". Se nessa lei houvesse inconstitucionalidade, o meio adequado para atacá-la seria a ADI, por se tratar de ato normativo primário do Congresso Nacional, em face da Constituição da República.

04- Ainda a respeito do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

- I. Por força de norma expressa da Constituição, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público somente poderá ser declarada, nos tribunais, por decisão da maioria absoluta de seu órgão especial.
- II. Se uma lei distrital se contrapor à Constituição da República, o Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT) não poderá julgar a questão de inconstitucionalidade, porque, nesse caso, a competência será do STF.
- III. O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é rico, porque prevê mecanismos tanto do controle concentrado quanto do difuso; em relação a este, um dos principais precedentes históricos que o consolidaram foi o julgamento do afamado processo *Marbury versus Madison*, na Suprema Corte dos EUA, no século XIX.
- IV. Desde que atendidos os requisitos constitucionais específicos, o acórdão de tribunal de justiça, que julgue a inconstitucionalidade de uma lei municipal em face da Constituição Federal, pode desafiar recurso extraordinário.
- V. Deve-se ao jurista austríaco Hans Kelsen a formulação das bases do modelo de controle difuso de constitucionalidade, embrião daquele que se adota no Brasil de hoje.

Estão certos os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) II e V.
- e) IV e V.

05-No atinente à organização política do Brasil, à repartição de competências e à intervenção, assinale a opção correta.

- a) Se, no âmbito de um projeto de reforma tributária, fosse aprovada emenda constitucional, retirando da Constituição todo o capítulo sobre o sistema tributário nacional, a iniciativa seria juridicamente possível ante a natureza da matéria, salvo pela circunstância de que a Constituição expressamente proíbe a mudança dos preceitos fundamentais daquele sistema.
- b) Em nenhuma hipótese a União poderá intervir em município.

- c) Diante de situações anormalmente graves, decreto baixado pelo Presidente da República poderá impor intervenção em estado-membro por tempo indeterminado e manter consigo, daí em diante, o governo dessa unidade da Federação.
- d) Nos dispositivos que cuidam do sistema de repartição de competências, a Constituição atribui à União competência privativa para legislar acerca de desapropriações, mas isso não exclui a possibilidade de os estados-membros e municípios realizarem, eles próprios, a desapropriação de bens.
- e) O princípio federativo assegura aos estados-membros, ao DF e aos municípios, como entes autônomos da Federação, estruturar livremente sua administração e seus poderes, desde que não firam as vedações expressas da Constituição da República.

06- No que tange à organização dos poderes do Estado, julgue os itens abaixo.

- I. De um ponto de vista orgânico-estrutural, o Ministério Público não integra o Poder Executivo, embora sua função seja de natureza executiva.
- II. Sem prejuízo de uma certa especificidade das funções estatais, a rigor, não há exclusividade no exercício delas por parte dos três poderes.
- III. Ainda hoje prevalece na doutrina a teoria da tripartição dos poderes elaborada por Montesquieu, em seu célebre *O espírito das leis*, porquanto se aceita a noção de que o poder estatal é nitidamente dividido em três ramos, com funções específicas.
- IV. Parte importante da doutrina publicista sustenta que, em uma Federação, como o Brasil, constitui aspecto obsoleto o bicameralismo do Poder Legislativo.
- V. O regime de imunidades dos membros do Poder Legislativo é decorrência da organização e da independência dos poderes estatais. A imunidade material desses agentes políticos põe-nos a salvo de responsabilidade, tanto no estrito exercício do mandato quanto fora dele, desde que o ato seja em razão do mandato. Nessa ótica, o parlamentar não pode ser responsabilizado penalmente, mas, se cometer agravo à honra de cidadão, poderá sê-lo na esfera civil.

Estão certos os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

07- Relativamente ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do DF (TCDF), assinale a opção correta.

- a) Em virtude da natureza de Estado democrático de Direito que a Constituição de 1988 emprestou ao Estado brasileiro, diversos mecanismos de participação popular foram previstos, entre os quais avulta a possibilidade de iniciativa popular para emenda à Constituição.
- b) Se, no curso de investigação regularmente realizada por comissão parlamentar de inquérito (CPI), constatar-se a necessidade de acautelar bens de procedência ilícita, para posterior confisco, na hipótese de condenação criminal, deverá o relator ou qualquer membro da comissão propor a medida ao colegiado. Este poderá validamente decretá-la, desde que o faça mediante voto da maioria e com base em fundamentação idônea.
- c) Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), o TCDF integra o Poder Legislativo dessa unidade da Federação e é formado por conselheiros, dos quais uma parte é escolhida pela Câmara Legislativa. O TCDF também precisa prestar contas, as quais devem ser apreciadas pela Câmara Legislativa. Pessoas físicas não integrantes da administração pública também podem ter o dever de prestar contas ao TCDF, em certos casos.
- d) O conceito de decoro parlamentar tem natureza indeterminada, pois depende de interpretação caso a caso e, ademais, leva em consideração fatores políticos, a cargo dos próprios membros do Poder Legislativo. Por essas razões, a Constituição se abstém de prever qualquer forma de tipificação ou remissão, ainda que genérica, de conduta que corresponda à falta de decoro parlamentar.
- e) O Poder Legislativo pode instalar comissões parlamentares de inquérito, as quais, nos termos da Constituição, têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias; elas podem convocar ministros de Estado para prestar declarações, mas, devido à relação jurídica entre estes e o presidente da República, eles devem obter a concordância do chefe do Poder Executivo para poderem comparecer perante a comissão.

08- No respeitante ao Poder Executivo, julgue os itens subseqüentes.

- I. Em virtude da democratização do exercício do poder no Brasil, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1988, o chefe do Poder Executivo Federal deve ser invariavelmente escolhido pelo voto direto.

- II. No presidencialismo brasileiro, o chefe do Poder Executivo acumula as funções de chefe de Estado e de Governo.
- III. Na eleição do presidente da República, não se adota o sistema majoritário puro ou simples.
- IV. Não pode ser eleito presidente da República um cidadão que tenha sido anteriormente condenado pela prática de improbidade administrativa.
- V. A figura do vice-presidente da República foi denominada, pelo estadunidense Benjamin Franklin, como “Sua Alteza Supérflua”, por causa de sua posição anômala na estrutura dos poderes; o mesmo ocorre no Direito Constitucional brasileiro, pois, a rigor, não há previsão constitucional de função para esse cargo.

A quantidade de itens certos é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

09- Com referência ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia, assinale a opção correta.

- a) Com a Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, o Conselho Nacional de Justiça passou a ter a competência de exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, função em que poderá expedir decisões com caráter vinculante.
- b) Por força do chamado “quinto constitucional”, em todos os tribunais brasileiros pelo menos 20% das vagas são destinadas a advogados e membros do Ministério Público (MP), alternadamente.
- c) Se um advogado, com vontade livre e consciente, promover a juntada de documento falso aos autos de reclamação trabalhista, o juiz do trabalho deverá remeter cópia do feito ao Ministério Público do Trabalho, para que oferte denúncia perante a própria Justiça do Trabalho e se instaurar o competente processo-crime. A competência desse ramo do Poder Judiciário nasce do fato de o delito envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- d) A Constituição atribui ao MP, em caráter exclusivo, o poder de ajuizar ação penal.
- e) Por força de suas competências constitucionais, o Ministério Público pode, em alguns casos, ajuizar ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos.

- 10- Novamente no que respeita ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia, assinale a opção correta.
- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de segurança contra ato do Conselho Nacional de Justiça.
  - b) Em virtude da imunidade atribuída pela Constituição aos advogados, estes não podem ser processados por crime contra a honra, em razão da defesa que fizerem de seus constituintes.
  - c) O Distrito Federal acumula as competências dos estados-membros e dos municípios. Por outro lado, a Constituição atribui competência aos primeiros para organizar seu próprio Poder Judiciário, na Constituição Estadual. Esta, no caso do DF, corresponde à Lei Orgânica. Com base nessas premissas, seria juridicamente válido que a LODF instituisse foro por prerrogativa de função, no TJDF, para os delegados de polícia civil.
  - d) No momento em que é investido no cargo de membro de um tribunal do Poder Judiciário brasileiro, um advogado ou membro do MP adquire vitaliciedade, sem necessidade de cumprir estágio probatório.
  - e) Considere a seguinte situação hipotética. O governador do DF baixou portaria disciplinando determinadas situações, e um cidadão, sentindo-se lesado, considerou-a contrária a uma lei federal, fundamento com base no qual impetrou mandado de segurança. O TJDF indeferiu a segurança. Contra esse acórdão, por estar em jogo uma questão constitucional pertinente à repartição de competências federativas, o recurso adequado será o extraordinário.
- 11- No que se refere à LODF, assinale a opção correta.
- a) Não incumbe ao DF o dever de proteger o conjunto urbanístico de Brasília, pois essa competência é exclusiva do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); cabe ao DF tão-somente apoiar, bem como não obstar, a atuação desse ente federal.
  - b) Considerando a natureza eminentemente administrativa das regiões administrativas do DF e a subordinação delas à supervisão do governador, a criação e a extinção de tais regiões podem ser feitas mediante decreto do chefe do Poder Executivo distrital.
  - c) Em certas situações, servidores da administração direta com cargos de atribuições iguais ou assemelhadas no mesmo Poder podem perceber remuneração distinta.
  - d) No DF, na área profissional ligada à saúde, os únicos cargos acumuláveis são os de médico.
  - e) Especificamente no DF, os servidores públicos aprovados em concurso adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício do cargo público, caso não sejam reprovados no estágio probatório.
- 12- No que diz respeito à Procuradoria-Geral do DF (PRG-DF), julgue os itens em seguida.
- I. Nos termos da Lei Complementar (do DF) n. 395, de 31 de julho de 2001, compete à PRG-DF representar o DF em juízo ou fora dele, exercer controle interno e externo de legalidade dos atos do Poder Executivo e representar a fazenda pública perante o Poder Judiciário, mas não perante os tribunais de contas.
  - II. O Procurador-Geral do DF é escolhido e nomeado pelo governador entre membros em atividade da PRG-DF, mas a escolha tem de ser aprovada pela Câmara Legislativa; cabe também ao governador destituí-lo.
  - III. Não compete ao Corregedor da PRG-DF, mas ao Conselho Superior do órgão, deliberar acerca do estágio probatório do procurador nele julgado inapto.
  - IV. De acordo com a Lei Complementar n. 681, de 16 de janeiro de 2003, os procuradores do DF, apesar de agirem na representação em juízo do DF, gozam de independência técnica no exercício de suas funções.
  - V. Os procuradores do DF não detêm vitaliciedade.
- A quantidade de itens certos é:
- a) 1
  - b) 2
  - c) 3
  - d) 4
  - e) 5

- 13- Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.
- a) Muito embora o art. 5º *caput*, da Constituição mencione a aplicabilidade de certos direitos fundamentais apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, é certo que os estrangeiros, mesmo não-residentes, também podem invocar a proteção constitucional dessa categoria de direitos.
  - b) Os direitos sociais são exemplo dos chamados direitos fundamentais de primeira geração (ou dimensão), porquanto implicam mecanismos jurídicos por meio dos quais o cidadão pode frear a atividade do poder público.
  - c) Influenciada pela ótica de proteção à criança e ao adolescente, a Constituição da República de 1988 veda-lhes o trabalho, ressalvada, em relação aos adolescentes, a função de aprendiz.
  - d) Suponha que um indivíduo foi alvo de denúncia do Ministério Público e, depois de ultrapassadas todas as fases do processo penal, veio a ser condenado, por decisão que não comportava mais recurso algum. Seu advogado, contudo, após o trânsito em julgado da condenação, considerou que houve nulidade no processo, argumento com base no qual impetrou *habeas corpus*. Nesse caso, agiu erradamente o advogado, pois o único remédio cabível era a revisão criminal.
  - e) Devido à proteção constitucional voltada aos direitos sociais, é juridicamente inválida a despedida arbitrária ou sem justa causa.
- 14- Acerca dos direitos e garantias fundamentais e considerando também a legislação do DF, assinale a opção correta.
- a) Para o exercício do direito de petição, é, em regra, exigível capacidade postulatória.
  - b) Uma vez requerida certidão pelo cidadão legitimamente interessado, o órgão receptor do requerimento, na administração pública do DF, tem o dever legal de expedir-la em 15 dias.
  - c) Considere a seguinte situação hipotética. Um servidor do DF foi demitido pela autoridade competente por graves infrações administrativas, após o devido processo legal. Seu advogado impetrou *habeas corpus* contra o ato de demissão e alegou que a sanção possuía repercussão direta na liberdade de locomoção do ex-servidor, já que ele não poderia ingressar, como funcionário, nos setores do órgão público em que até então trabalhava. Nessa situação, agiu corretamente o patrono do servidor, pois repercussões na locomoção do paciente, ainda que indiretas, dão ensejo à ação de *habeas corpus*.
  - d) De conformidade com a ordem constitucional, a prática de improbidade administrativa no exercício de mandatos pretéritos, o abuso do exercício de função na administração direta e o abuso do exercício de emprego em empresa privada constituem causas de inelegibilidade, a serem disciplinadas por lei complementar.
  - e) A ação popular não serve apenas para a proteção do patrimônio e da moralidade públicas, mas também do ambiente e do patrimônio histórico e cultural; não pode ter como objeto, porém, ato judicial. Não pode ser ajuizada por pessoa jurídica e não dá ensejo a foro privilegiado, independentemente de quem nela figure como réu.
- 15- Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas e à segurança pública, assinale a opção correta.
- a) A competência para decretar o estado de defesa e o de sítio, conforme o caso, é do presidente da República; seu decreto deve ser submetido ao Congresso Nacional, mas este, em determinadas situações de excepcional gravidade, pode expedir-lo, desde que constate estar presente situação que dê causa à decretação.
  - b) As polícias judiciárias, como a Polícia Civil do DF (PCDF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), embora tenham sua atuação precipuamente voltada para o sistema judicial, não têm suas atribuições rigorosamente associadas à competência do ramo judiciário respectivo; em outras palavras, a PCDF pode vir a investigar crime que não seja de competência da Justiça do DF, assim como pode o DPF apurar a perpetração de delito que não seja de competência da Justiça Federal. Além disso, no caso do DPF, tocam-lhe também certas atribuições de natureza administrativa, como ocorre na atividade de polícia de fronteiras.
  - c) Tanto o estado de defesa quanto o de sítio consistem em um conjunto de mecanismos para defesa da ordem constitucional em situações de crise; em face da relevância desses instrumentos, eles podem até afetar o exercício de certos direitos fundamentais, em caráter permanente.
  - d) Estritamente de acordo com o previsto na Constituição, no capítulo concernente à segurança pública, apenas as polícias judiciárias podem investigar atos que possam corresponder a alguma conduta penalmente tipificada.
  - e) Apenas delegados de polícia de carreira podem exercer as competências administrativas da polícia civil.

- 16- A respeito da ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.
- a) Se o governador do DF constatar situação de conflito potencial, por motivos de natureza fundiária, poderá, no uso do poder de desapropriação daquele ente público, baixar decreto expropriatório das terras em causa, a fim de possibilitar a implantação de projeto de reforma agrária. Nesse caso, deverá efetuar previamente o pagamento da indenização que couber, a qual deverá ser justa e liquidada com títulos da dívida agrária vencíveis em até vinte anos, com exceção das benfeitorias úteis, que precisarão ser ressarcidas em dinheiro.
  - b) As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica devem ter o mesmo regime das empresas privadas, razão pela qual não se lhes aplica o regime jurídico da administração pública, previsto no ordenamento constitucional.
  - c) As desapropriações da União para fins de reforma agrária impõem o pagamento da correspondente indenização integralmente, mediante títulos da dívida agrária.
  - d) Todo e qualquer imóvel rural que não seja produtivo ou não cumpra sua função social é passível de desapropriação para reforma agrária.
  - e) Considere a seguinte situação hipotética. O DF é o único acionista de uma empresa pública que explora determinada atividade econômica, relevante para a sociedade. Devido ao interesse do DF no bom funcionamento e também no aperfeiçoamento dessa atividade, sua Câmara Legislativa aprovou lei concedendo determinados incentivos fiscais apenas àquela empresa, não às outras do mesmo segmento econômico. Nesse caso, apesar dos relevantes fundamentos que pudesse haver em favor da empresa, a lei seria inconstitucional.
- 17- No atinente à ordem social, à seguridade social, à saúde, à previdência e à assistência social, à educação e ao meio ambiente, assinale a opção correta.
- a) Considere a seguinte situação hipotética. A Câmara Legislativa aprovou projeto de lei segundo o qual seria prescindível realizar estudo prévio de impacto ambiental para determinados empreendimentos industriais a serem implantados em áreas de cerrado do DF. Recebido o projeto pelo governador para sanção, caberia à PRG-DF recomendar-lhe o veto, pois o ente federado não pode aprovar normas desse teor, ainda que com base em sua autonomia legislativa.
  - b) Sempre que algum órgão federal, aí incluído o Ministério Público Federal, detectar malversação ou apropriação ilícita de fundos do Sistema Único de Saúde, a competência para julgar o ilícito será da Justiça Federal, uma vez que o financiamento desse sistema compete, por completo, à União.
  - c) As normas constitucionais pertinentes à proteção do ambiente têm caráter eminentemente negativo, no sentido de que impõem proibições à ação estatal.
  - d) O constituinte originário dedicou especial proteção a certos ecossistemas, como a Mata Atlântica e o Pantanal Matogrossense, motivo pelo qual impediu que fossem objeto de exploração econômica.
  - e) Por força do direito fundamental, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado, a adesão ao plano estatal de previdência oficial é eminentemente voluntária.
- 18- No que tange à administração pública, assinale a opção correta.
- a) A Constituição veda a utilização da publicidade oficial com o fito de promover a pessoa do governante, mediante nomes, símbolos ou imagens. No caso de não-observância dessa vedação, o único remédio constitucionalmente possível para gerar as sanções aplicáveis pela prática do ato seria a ação por improbidade administrativa.
  - b) Se o Ministério Público ajuizar ação por improbidade administrativa em face do governador do Distrito Federal, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, uma vez que, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal desde o ano de 2006, os agentes políticos não respondem por improbidade administrativa.
  - c) De acordo com entendimento dos Tribunais Superiores, o princípio da exigibilidade do concurso público aplica-se também, em todos os recrutamentos de pessoal, às sociedades de economia mista e às empresas públicas, independentemente de serem prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica.
  - d) Embora a Constituição preveja responsabilidade civil objetiva do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, o dever de indenizar não surge, necessariamente, em todo ato praticado pelo poder público que gere dano a particular. Se não houver nexo causal entre o ato e o dano ou se houver culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior, por exemplo, o Estado poderá não ser obrigado a pagar indenização.

- e) Os servidores titulares de cargo efetivo, no caso de invalidez permanente, em regra, fazem jus à aposentadoria com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- 19- Ainda relativamente à administração pública, assinale a opção correta.
- a) De acordo com o vigente entendimento da cúpula do Poder Judiciário, se um ente público se tornar inadimplente quanto ao pagamento da remuneração de seus servidores, estes poderão, legitimamente, realizar greve, desde que mantenham em funcionamento os serviços essenciais.
- b) Não subsiste no Direito Constitucional brasileiro a aposentadoria compulsória de servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, por idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- c) Se um agente público adotar conduta que corresponda a alguns dos atos de improbidade previstos na lei própria (Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992), as únicas sanções a que estará sujeito, nos termos da Constituição, consistem na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento do erário.
- d) Em virtude do princípio da segurança jurídica, é exigível dos administradores públicos o cumprimento apenas dos princípios explícitos contidos na Constituição da República.
- e) O princípio da moralidade possui conteúdo indeterminado, dada a subjetividade e a indefinição de contornos desse conceito, o qual reclama densificação em face das situações concretas. Por essa razão, não é juridicamente admissível o controle judicial da administração pública com base nesse princípio.

## DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

- 20- O IPTU e o ITBI são tributos instituídos pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Com base nas regras do ordenamento jurídico aplicáveis a seu respeito, assinale a opção correta.
- a) Inexiste no ordenamento jurídico tributário brasileiro autorização para a progressividade do IPTU em razão do valor do imóvel e para a variação de alíquotas, segundo a localização e o uso do referido bem.
- b) Há autorização legislativa para a adoção de alíquotas progressivas na cobrança do ITBI.
- c) O valor venal dos imóveis de uma cidade pode ser atualizado, anualmente, por Decreto do Prefeito Municipal ou pelo Governador do Distrito Federal, para fins de cobrança do IPTU, aumentando, assim, a base de cálculo desse tributo.
- d) A correção monetária do valor do imóvel para fins de cobrança do IPTU pode ser feita, anualmente, por Decreto, desde que o percentual adotado não supere ao da inflação oficial.
- e) Na base de cálculo do IPTU deve ser considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, desde que os referidos bens sirvam para o seu aformoseamento.
- 21- O Distrito Federal, com o advento da Constituição Federal de 1988, assumiu titularidade de pessoa jurídica pública com capacidade política e gozo de ampla autonomia e governabilidade. Deixou, portanto, de ser, apenas, sede administrativa da União. Em consequência dessa nova estrutura constitucional que lhe foi atribuída, assinale a opção correta.
- a) A Câmara Legislativa do Distrito Federal tem ampla competência, em concreto, para instituir só os impostos que a Constituição autoriza os Estados a cobrá-los.
- b) O exercício da competência tributária do Distrito Federal pode ser limitado por Lei Complementar Nacional.
- c) O Distrito Federal, por meio de sua Câmara Legislativa, tem competência para editar lei sobre o pagamento de IPVA, quando ausente Lei Complementar da União estabelecendo normas gerais.



- d) O Distrito Federal não tem competência concorrente para instituir a cobrança de custas dos serviços forenses prestados pelo Poder Judiciário local, mesmo quando a União permaneça omissa em estabelecer, por Lei Complementar, normas gerais a respeito.
- e) A inércia da União em regulamentar a matéria tributária prevista no art. 24 da Constituição Federal, redação atual, impedirá o Distrito Federal de, exercendo competência concorrente, legislar, de modo específico, sobre atualização do valor do ICMS.
- 22- Considerando os princípios informativos e as regras constitucionais aplicadas ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.
- a) Lei Complementar Nacional não pode regular o modo e a forma dos Estados-membros e o Distrito Federal, sempre após deliberação conjunta (Convênio), expedirem, por ato próprio, concessão e/ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais.
- b) A atualização do crédito tributário decorrente de ICMS, para preservação de seu valor, é matéria reservada à Lei Complementar Nacional, em razão de a Constituição determinar que somente ela pode estabelecer normas gerais sobre crédito tributário.
- c) Lei Complementar Nacional não poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) A União só poderá instituir empréstimo compulsório, com vinculação obrigatória da aplicação dos recursos arrecadados à despesa que fundamentou sua instituição, por Lei Complementar.
- e) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, como instrumento de atuação da União nas respectivas áreas, poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação e não poderão ter alíquotas específicas, tendo por base a unidade de medida adotada.
- 23- Considerando o sistema tributário aplicável ao ICMS e ao ISS, assinale a opção correta.
- a) O ICMS deve ter por hipótese de incidência as operações jurídicas que, praticadas por comerciante, industrial ou produtor, acarrete só circulação de mercadorias que consagre transmissão de sua titularidade.
- b) O ICMS incide sobre a realização de qualquer tipo de operações relativas à circulação de mercadorias, quer essa circulação seja jurídica, quer seja meramente física.
- c) O ICMS não incide, em qualquer situação, sobre o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao ISS, de competência dos Municípios.
- d) O ICMS não pode incidir sobre operações relativas à energia elétrica e a lubrificante e combustíveis líquidos e gasosos, por essas operações estarem sujeitas, apenas, a imposto único.
- e) A base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica é o valor fixado pela Agência Reguladora (ANEEL), que pode ser, portanto, diferente do preço pago pelo consumidor.
- 24- Considerando as regras constitucionais e infraconstitucionais sobre o ICMS, assinale a opção correta.
- a) É ilegítima a incidência do ICMS sobre operações de compra e venda de combustíveis em outro Estado, por empresa, para uso próprio, em face da regra de imunidade tributária prevista na Constituição Federal.
- b) É inconstitucional dispositivo posto em Lei Complementar, bem como Convênio apoiado nessa regra legal, que atribui ao CONFAZ a permissibilidade para elaborar lista de produtos industrializados semi-elaborados a serem tributados quando exportados.
- c) É ilícita a cobrança do ICMS sobre produtos industrializados sob o regime de alíquota zero.
- d) Os Estados não estão autorizados, pela Constituição Federal, a reduzir, a título de despesas, a parcela de 20% do produto da arrecadação do ICMS, que, pela própria CF, é atribuída aos Municípios.
- e) A cobrança de ICMS sobre mercadorias importadas do exterior não pode ser feita por ocasião do desembaraço aduaneiro, em razão de o momento adequado ser o da entrada no estabelecimento do importador.

25- O Código Tributário Nacional, ao cuidar da Administração Tributária, impõe regras a serem observadas na fiscalização, na constituição da Dívida Tributária e na expedição de certidões negativas.

Em razão dessa disciplina, instituída pelo legislador para a Administração Tributária, assinale a opção correta.

- a) A expedição de certidão negativa pela Internet é documento válido, mesmo que não tenha assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores.
- b) É de natureza absoluta a presunção de certeza e liquidez de que goza a dívida tributária regularmente inscrita.
- c) A simples declaração de débito pelo contribuinte aos sujeitos ativos das obrigações tributárias, como, por exemplo, por meio de DCTF à Receita Federal, ou outro documento equivalente, não dispensa a instauração do processo administrativo para efetuar o lançamento, por parte da autoridade fiscal, para fins de inscrever o valor devido em dívida ativa e efetuar a cobrança.
- d) A União poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos, sem necessidade de celebrar tratados, acordos ou convênios, invocando o postulado da soberania nacional.
- e) É vedada, de modo absoluto, isto é, sem qualquer exceção, a divulgação e comunicação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, a qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, de informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros envolvidos na relação jurídica tributária examinada, bem como, sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades envolvidos na relação jurídica tributária, mesmo que seja para fins de apuração penal.

26- O contrato de *franchising*, o de arrendamento mercantil (*leasing*), o de câmbio e o de *factoring* são negócios jurídicos tributáveis. Em razão da característica desses negócios jurídicos bilaterais, assinale a opção correta.

- a) É inquestionável na doutrina e na jurisprudência predominante que incida ISS sobre as operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa desse tipo de contrato, excluindo-se o serviço de mediação efetuado pelas sociedades corretoras habilitadas.
- b) O agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*), por disposição de Lei Complementar, estão sujeitos ao pagamento do ISS.
- c) A importação de bens não destinados ao consumo ou ativo fixo da empresa (peças de reposição de aeronaves), contratada sob a forma de arrendamento mercantil (*leasing*), antes das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 33, de 2001, no inciso XI, alínea "a", do parágrafo 2º, do art. 155 da CF, está sujeita ao pagamento do ICMS.
- d) O PIS e o COFINS incidentes no negócio jurídico denominado de *factoring* devem ser calculados pelo valor total da operação e não pela diferença entre o valor de face do título adquirido e o valor pago.
- e) As empresas de *factoring*, por disposição legal, não estão sujeitas ao pagamento de Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro, haja vista que pagam, no âmbito federal, apenas o IOF.

27- A Constituição Federal, ao dispor sobre Finanças Públicas, estabelece normas gerais e normas específicas. Considerando as diretrizes constitucionais estabelecidas para as Finanças Públicas, assinale, entre as opções a seguir elencadas, a correta.

- a) O Poder Executivo está autorizado pela Constituição Federal a reduzir vencimentos do servidor público, visando à adequação dos limites legais fixados para despesa de pessoal.
- b) Constitui princípio de obrigatoriedade absoluta o de que nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a referida inclusão, sob pena de responsabilidade, bem como a abertura do crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, comoções internas ou calamidade pública, observada a submissão da medida, com força de lei, de imediato, ao Congresso Nacional.

- c) Não é permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelo ICMS para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos com esta.
- d) Há vedação constitucional expressa para a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, mesmo que autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa e aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- e) Embora com prévia, específica e mediante técnica de autorização legislativa para aprovação de créditos especiais ou suplementares, não poderão ser utilizados, pelo Poder Público, os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, conforme o caso.

28-Considerando os aspectos tributários dos serviços de telecomunicações e de energia elétrica, assinale a opção correta.

- a) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite ser legal a cobrança pelo Município de taxas, preço ou qualquer outra espécie de remuneração, por haver uso e ocupação de solo por parte de concessionário de serviço público de energia elétrica.
- b) Não há incidência de ICMS sobre as receitas auferidas pelas operadoras brasileiras pertencentes à prestação de serviços de *roaming sainle* (cliente da operadora brasileira fazendo/recebendo ligações no exterior) e há incidência de ICMS sobre as receitas pertinentes à remuneração pela cessão de suas redes às operações estrangeiras – *roaming* entrante (ou receptivo).
- c) A Constituição Federal, ao prescrever a competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre proteção de serviços de comunicação, ainda que as prestações se iniciem no exterior, permite que esses serviços sejam passíveis de incidência tributária por ICMS e por outros impostos.
- d) O serviço de comunicação tributável pelo ICMS, por não ter definição legal, é conceituado como sendo qualquer um consumado de modo oneroso ou gratuito e efetuado por qualquer meio posto à disposição do contribuinte, pouco importando que a comunicação se complete.
- e) Ao submeter à incidência do ICMS sobre a prestação dos serviços de telecomunicações, a Constituição Federal não permite a sua inclusão sobre a mera disponibilização de meios, nem sobre a execução de atividades não necessárias ou não suficientes à realização do efeito de comunicação.

29- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Em razão desse preceito constitucional e das demais regras do nosso ordenamento jurídico positivo e jurisprudencial, assinale a opção correta.

- a) A instituição de taxas pelo Poder Público não está obrigada a respeitar os princípios da anterioridade, da isonomia e da capacidade contributiva, tendo em vista que a tributação envolve prestação de serviços públicos ou exercício de poder de polícia.
- b) É constitucional a taxa instituída para inspeção de importação e exportação de produtos da indústria pesqueira, instituída por Portaria assinada pelo Ministro do Meio Ambiente, com cobrança autorizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente–IBAMA, haja vista tratar-se de serviços prestados para proteger direitos fundamentais.
- c) As custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais são qualificadas como taxas remuneratórias de serviços públicos e podem ter como base de cálculo o valor da condenação, desde que obedeça ao princípio da razoabilidade.
- d) É constitucional a escolha do valor do monte-mor (inventário) como base de cálculo da taxa judiciária, por não afrontar o artigo 145, § 2º, da CF.
- e) Não há possibilidade de, segundo os princípios que informam o nosso ordenamento jurídico tributário, ser alocado o produto da arrecadação de custas judiciais (taxas) ao Poder Judiciário, para cobrir despesas com treinamento de pessoal que serve à Justiça.

## DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

30- Assinale a assertiva incorreta.

- a) Nas hipóteses em que a expropriação se realiza por meio de arrematação ou de adjudicação, é atribuído ao executado o direito de se opor à execução fiscal, por meio dos embargos à arrematação e dos embargos à adjudicação que, muito embora não estejam previstos na Lei n. 6.830/80, aplicam-se subsidiariamente com fundamento nas regras contidas no Código de Processo Civil.
- b) As disposições do Código de Processo Civil aplicáveis aos embargos à arrematação e à adjudicação foram alterados recentemente pela Lei n. 11.382, de 06.12.06 que diminuiu o prazo de 10 (dez) para 5 (cinco) dias, contados da adjudicação e arrematação. Acrescentou ainda a hipótese de alienação para o oferecimento dos embargos que podem ter como fundamento nulidade da execução ou causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à penhora.
- c) Na execução fiscal, terceiro é aquela pessoa que não tem qualquer vinculação com a relação jurídica material, de natureza tributária ou não, isto é, pessoa contra quem não existe dívida ativa inscrita, seja como contribuinte seja como responsável tributário. Por consequência, os embargos de terceiro são o remédio jurídico, para excluir da penhora, depósito, arresto, seqüestro, venda judicial, arrecadação, partilha ou outro ato de apreensão judicial, bens que não são do domínio e posse do devedor-executado.
- d) Dos embargos de devedor ou de terceiros são cabíveis os recursos de apelação (nas execuções fiscais que ultrapassem o valor equivalente a 50 ORTN's), agravo de instrumento e agravo retido, embargos infringentes de segunda instância, embargos de declaração, tanto contra sentença de primeira instância como contra acórdão, recurso especial, recurso extraordinário, embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário, remessa ex-offício nas causas, cuja produção de efeitos depende da confirmação do órgão colegiado do Tribunal, e, finalmente, que julgar improcedente a execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- e) Uma vez proferida a sentença, em causas de valor igual ou abaixo de 50 ORTN's, os embargos infringentes de primeira instância e os embargos de terceiro são os únicos recursos cabíveis, vedado o ajuizamento de ação rescisória, independentemente de atendidos os requisitos do artigo 485 do Código de Processo Civil.

31- Assinale a assertiva incorreta.

- a) A ação declaratória tributária tem fundamento no art. 4º, I, do CPC. É cabível para declarar a existência ou a inexistência de uma obrigação tributária acessória ou principal. É o meio processual adequado para que o contribuinte obtenha a seu favor uma decisão judicial que estabilize, caracterize e individualize os limites da obrigação tributária em casos concretos. É utilizada em período anterior ao lançamento, exatamente para que este seja realizado de acordo com os limites da relação obrigacional que se pretende sejam declarados pelo julgador, ou mesmo a fim de que aquele procedimento não seja efetuado, por inexistência do vínculo, reconhecida judicialmente, sendo neste caso declaratória negativa.
- b) A ação anulatória visa a anular, total ou parcialmente o ato declarativo da dívida, isto é, o lançamento. Pressupõe um crédito fiscal definitivamente constituído pelo lançamento dotado de eficácia preclusiva, porém ainda não ajuizado. Isto porque, se estiver ajuizado, a hipótese será de embargos do executado, que é o meio processual indicado pela lei adjetiva rigorosamente correta para desconstituir o título executivo em fase de execução forçada.
- c) A ação anulatória tributária tem fundamento no art. 38 da LEF. Trata-se de ação constitutiva negativa ou desconstitutiva. É cabível para anular o débito fiscal, entretanto, também é utilizada para anular judicialmente as decisões que indeferem pedidos feitos por via administrativa, tais como restituição de indébito, reconhecimento de isenção ou imunidade.
- d) É pacífico o entendimento das Cortes Superior e Suprema sobre o desacerto do art. 166 do Código Tributário Nacional, que prevê a incidência dos juros moratórios, na repetição do indébito tributário, somente a partir do trânsito em julgado da sentença, por consistir verdadeiro enriquecimento ilícito do Estado, iniciando a sua contagem, mediante entendimento jurisprudencial, a partir do pagamento indevido.
- e) Para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, poderá suspender, se houver requerimento da pessoa jurídica de direito público, a execução da liminar proferida.

32- Assinale a assertiva correta.

- a) A petição inicial da execução fiscal foi simplificada, dispensando diversos requisitos legais e especificações técnico-jurídicas do art. 282 do Código de Processo Civil. O “cite-se” importa na ordenação de vários procedimentos judiciais tais como citação via postal do executado, citação nas demais modalidades, inclusive por edital, caso frustrada a primeira ou requerida desde logo pela Fazenda Pública, expedição do mandado de arresto, penhora, avaliação do bem móvel e registro, se for imóvel, e a intimação da Fazenda Pública para manifestar-se sobre a penhora e avaliação do bem. Estas disposições são prerrogativas dadas à Fazenda Pública em decorrência dos princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público.
- b) A avaliação dos bens penhorados na execução fiscal é atribuída ao oficial avaliador que, ao efetivar a penhora, já faz uma estimativa de valor dos bens, que deverá estar contida no termo ou no próprio auto de penhora, em peça única. Se impugnada a avaliação, pelo executado ou pela Fazenda Pública, o juiz nomeará oficial de justiça para proceder a nova avaliação do bem penhorado.
- c) A avaliação dos bens penhorados, na execução sob regência do Código de Processo Civil, é feita exclusivamente pelo oficial avaliador somente em segundo momento processual. Em primeiro lugar, o oficial de justiça realizará a penhora e abrirá a via da impugnação ao executado por meio dos embargos à execução e só após o julgamento deste, se a penhora for mantida hígida, é que se procederá à avaliação do bem penhorado, remetendo-se os autos ao avaliador judicial para esse fim.
- d) A avaliação dos bens penhorados na execução sob regência do Código de Processo Civil é feita pelo oficial de justiça. Caso o executado citado para pagar no prazo de 3 (três) dias não tenha efetuado o pagamento, o oficial procederá de imediato à penhora de bens e à respectiva avaliação, lavrando-se o auto. O executado poderá, também, no prazo de 30 (trinta) dias, após a intimação da penhora, requerer a substituição do bem, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor, hipótese em que o pagamento da diligência para avaliação dos bens, pelo oficial avaliador, caberá ao mesmo ser efetuado.

- e) Tanto na execução fiscal regida pela Lei n. 6.830/80, como na execução processada pelo Código de Processo Civil, o executado poderá oferecer embargos no prazo de trinta dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora, devendo alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar rol de testemunhas, não se admitindo reconvenção, nem compensação.

33- Assinale a assertiva incorreta.

- a) A intimação da penhora poderá ser feita mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora. A intimação da penhora será pessoal, por meio de oficial de justiça, nos casos em que na citação inicial por via postal, do aviso de recepção, não conste a assinatura do executado ou de seu representante legal, ou, ainda, se a Fazenda assim o requerer.
- b) Os embargos à execução fiscal podem ser oferecidos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da penhora. Não são admitidas reconvenção, compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos que serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
- c) Na sistemática atual da ação de execução fiscal, regulada pela Lei n. 6.830/80, com aplicação subsidiária do Código de Processo Civil com suas recentes alterações, o executado deve deduzir a sua defesa por meio de embargos dentro de 10 (dez) dias contados da data do depósito, da juntada da prova da fiança bancária, ou da data da intimação da penhora.
- d) Opostos e recebidos os embargos à execução fiscal, a Fazenda Pública é intimada para oferecer a respectiva impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, podendo o magistrado designar, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- e) É válido o julgamento antecipado e à revelia da Fazenda Pública nos embargos à execução, quando esta não apresenta impugnação ou a protocoliza intempestivamente, sendo que, em tais hipóteses, somente não poderão ser aplicados os efeitos da revelia, previstos no art. 319 do CPC, podendo o juiz julgar de plano os embargos, como também designar audiência de instrução e julgamento, dependendo da matéria alegada.

34- Assinale a assertiva incorreta.

- a) Em caso de extinção total da empresa primitiva, com apuração de haveres e liquidação de deveres, desaparecendo a personalidade jurídica da sociedade, com a devida baixa da inscrição na Junta Comercial e demais Órgãos Públicos competentes, na hipótese de qualquer sócio remanescente, ou seu espólio continuar a exploração da respectiva atividade econômica, desde que, sob outra razão social ou firma individual, não ocorrerá o fenômeno da responsabilidade tributária por sucessão das pessoas jurídicas, porquanto houve mudança na sua estrutura jurídica.
- b) Transformação consiste na situação pela qual uma sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro, como, por exemplo, quando deixa de ser por quotas de responsabilidade limitada para se 'transformar em sociedade por ações'.
- c) Incorporação caracteriza-se quando uma ou mais empresas são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
- d) Em caso de fusão, transformação ou incorporação, a empresa primitiva, da qual surgiu uma nova, somente será a responsável tributária pelos fatos geradores ocorridos até a data da fusão, transformação ou incorporação.
- e) Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma entidade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

35- O art. 128 do Código Tributário Nacional, como regra geral no tocante à responsabilidade de terceiros, dispõe *in verbis*: "sem prejuízo do disposto neste Capítulo a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação." Assim, pode a Fazenda Pública atribuir totalmente a responsabilidade a terceiro ou supletivamente, permanecendo o contribuinte principal ou sujeito passivo solidário com aquele. Nesta ordem de idéias assinale a assertiva correta.

- a) Não sendo encontrados bens susceptíveis de serem penhorados, a ação executiva fiscal é redirecionada à nova empresa ou sucessora que deu continuidade à atividade comercial em lugar do sucedido, onde as obrigações são transferidas ao sucessor, em razão deste assumir o ativo e o passivo da sucedida. Este redirecionamento à nova empresa ou sucessora, independe de citação na pessoa de seu representante legal.

- b) São responsáveis solidários: o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos; o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação; o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- c) Nos estritos termos da lei, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes. Assim, o alienante não possui legitimidade passiva *ad causam* nos feitos cujo objeto seja o pagamento dos tributos sobre ele incidentes, mas sim o adquirente, que se torna o responsável tributário, e portanto, o que passa a ter a condição de figurar no pólo passivo da relação processual, sem exceção.
- d) Na transmissão do imóvel por venda em hasta pública, os créditos tributários relativos a impostos, taxas e contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço depositado pelo adquirente. Assim, o alienante não possui legitimidade passiva para figurar no pólo passivo de relação processual em que se objetiva o pagamento dos tributos sobre ele incidentes, mas sim o arrematante, que paga o preço, que se torna o responsável tributário e portanto passa a ter legitimidade passiva *ad causam*.
- e) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, entre outros: — os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado; — os mandatários, prepostos e empregados; — os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes; — o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário; — os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício, inclusive procedimentos de jurisdição voluntária ou contenciosa que venham a ser delegados por força de lei.

36- Assinale a opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. Então é cabível ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa estadual e municipal.
- b) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, 'c', da Constituição Federal, alcança todas as entidades de previdência social privada, sem distinção, desde que observados todos os requisitos previstos em lei, procedimentos administrativos acessórios, tais como a obtenção de alvará, licença, reconhecimento de entidade civil sem fins lucrativos, entre outros.
- c) Até a vigência da Emenda Constitucional 33/01, não incide ICMS na importação de bens por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte do imposto. Portanto, as ações de repetição de indébito, ajuizadas por pessoa física ou jurídica, contribuinte ou não do imposto das importações realizadas, em data posterior à EC n. 33/01, estão prejudicadas por perda do objeto.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário, se o mesmo ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- e) Não cabe a restituição do tributo pago indevidamente, quando reconhecido por decisão, que o contribuinte *de jure* não recuperou do contribuinte *de facto o quantum* respectivo.

37- Quanto ao processo administrativo fiscal, é correto afirmar que:

- a) vige o princípio da formalidade, segundo o qual, os atos e termos processuais serão realizados com rigor formal, mais adequado ao autocontrole da legalidade pela Administração Pública.
- b) a impugnação da exigência do crédito tributário instaura a fase litigiosa do procedimento, cujo julgamento compete em primeira instância ao Subsecretário da Receita, e, em segunda instância, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.
- c) a intimação do sujeito passivo, seu mandatário, gerente ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem os intimar, ficando cópia no local da ocorrência, instaura a fase litigiosa do procedimento.

d) as regras de intimação do sujeito passivo seguem os mesmos parâmetros quanto a prazos e modalidades de citação previstos na lei de execução fiscal, inclusive por meio postal e edital.

e) ao Secretário de Fazenda e Planejamento, compete decidir, em terceira instância, os recursos especiais e extraordinários nos processos administrativos fiscais, e os recursos voluntários nos processos de consulta.

38- Quanto ao procedimento de ofício no processo administrativo fiscal, é correto afirmar que:

a) o procedimento de ofício também chamado 'ação fiscal' tem início com a prática do primeiro ato de ofício do servidor público competente, cientificando o sujeito passivo ou o seu preposto da obrigação tributária, de forma escrita ou verbal.

b) o procedimento de ofício também chamado 'ação fiscal' tem início com a prática do primeiro ato de ofício do servidor público competente, cientificando o sujeito passivo ou o seu preposto da obrigação tributária, de forma escrita ou verbal, desde que essa ciência seja de forma inequívoca.

c) a prática do primeiro ato de ofício do servidor competente cientificando o sujeito passivo ou o seu preposto acerca da apreensão de bens, livros e documentos, mesmo que não tenha lavrado a termo os competentes autos, fixa o início da ação fiscal.

d) a prática do primeiro ato de ofício pelo servidor competente, de dar ciência ao sujeito passivo ou seu preposto, da obrigação tributária, por meio do auto de infração, fixa o início da ação fiscal.

e) a prática do primeiro ato de ofício configura-se mediante a intimação pessoal somente do sujeito passivo, dando-se início à ação fiscal com as conseqüências daí advindas.

39- Assinale a assertiva correta.

- a) No processo administrativo fiscal, da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário, somente com efeito devolutivo, para o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, no prazo de vinte dias contados da ciência do ato.
- b) A decisão favorável ao contribuinte no processo administrativo em última instância terá como consequência a restituição imediata dos valores depositados ou a compensação tributária, acrescido dos juros de mora e correção monetária, sendo dispensado, no caso da compensação, qualquer legislação permissiva específica.
- c) Havendo decisão desfavorável ao contribuinte no processo administrativo, será o mesmo intimado a recolher o tributo com os acréscimos legais. Se houver depositado o valor correto, converte-se o montante em renda. Se não existir o depósito e não proceder o pagamento no prazo legal, o crédito tributário será inscrito em Dívida Ativa.
- d) Nos termos do Código Tributário Nacional, não tem os mesmos efeitos da certidão negativa, a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
- e) A certidão positiva com efeitos de negativa poderá, a critério da Administração Pública, ter sua validade restringida ou limitada nas hipóteses de licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativos a bens imóveis e móveis. Esse poder discricionário se justifica na medida em que visa resguardar o poder público e a sociedade civil das pessoas físicas e jurídicas de idoneidade econômico-financeira, de objetivos sociais, ou que de qualquer forma representem ameaça às relações patrimoniais, revelando-se nocivas à sociedade.

## DIREITO CIVIL

40- Em relação à Parte Geral do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) A boa-fé objetiva é parâmetro para análise de eventual abuso do direito.
- b) A lesão a direitos da personalidade, em razão do seu caráter extrapatrimonial, não enseja reparação civil.
- c) O Código Civil indica quais espécies de direitos da personalidade são atribuíveis às pessoas jurídicas.
- d) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela decadência em prazo que varia de um a dez anos.
- e) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores ou simulação.

41- Sobre a assunção de dívida, assinale a opção incorreta.

- a) Está disciplinada expressamente no Código Civil como espécie de transmissão de dívidas.
- b) Salvo consentimento expresso do devedor primitivo, consideram-se extintas, a partir da assunção da dívida, as garantias especiais por ele originalmente dadas ao credor.
- c) De regra, o silêncio do credor, provocado formalmente para manifestar sua concordância com assunção da dívida, deve ser interpretado como aceitação do negócio jurídico.
- d) O novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- e) Quando a assunção de dívida decorre de contrato entre credor e o terceiro, é denominada doutrinariamente de expromissão.

42- Em relação ao direito contratual, conforme disciplina do Código Civil, assinale a opção correta.

- a) Não há limite legal para os juros moratórios.
- b) O juiz possui o poder de interferir no conteúdo do contrato e reduzir a cláusula penal compensatória.
- c) A liberdade de contratar não se limita pela função social do contrato.
- d) A boa-fé objetiva diz respeito ao estado de consciência do agente por ocasião de um determinado fato.
- e) A oferta ao público é irrevogável.



43- Em relação à disciplina da posse e propriedade no Código Civil, assinale a opção incorreta.

- a) É de boa-fé a posse se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- b) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- c) Adquire-se propriedade móvel mediante a celebração do contrato de compra e venda.
- d) O direito do promitente comprador de imóvel é real.
- e) Adquire-se a propriedade imóvel mediante registro do título translativo no Registro de Imóveis.

44- Sobre responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- a) De regra, a indenização por danos materiais mede-se pelo grau de culpa do autor do dano, tanto que se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.
- b) Quem, ao praticar fato em estado de necessidade, causar dano a terceiro, não possui o dever de indenizar, ainda que o lesado não tenha culpa da situação de perigo.
- c) O Código Civil prevê expressamente e conceitua o dano moral.
- d) De acordo com o Código Civil, os empresários respondem, independentemente de culpa, pelos danos causados por produtos defeituosos postos em circulação.
- e) A responsabilidade do profissional liberal por fato do serviço no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) independe da verificação de culpa.

45- O artigo 6º da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sob influência da Resolução 39/248, de 1985, da Organização das Nações Unidas - ONU, a qual recomendou aos governos que desenvolvessem ou reforçassem uma política de proteção ao consumidor, estabelece relação de direitos básicos do consumidor. A respeito desta relação, assinale a opção incorreta.

- a) É direito do consumidor a proteção contra publicidade enganosa e abusiva.
- b) Nos contratos de longa duração, é direito do consumidor a revisão de cláusulas contratuais que, em razão de fatos supervenientes, as tornem excessivamente onerosas, independentemente do caráter imprevisível destes fatos.
- c) É direito do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos morais e patrimoniais.
- d) É direito do consumidor a desconsideração da personalidade jurídica do fornecedor quando não forem localizados bens e direitos suficientes para ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor.
- e) É direito do consumidor a inversão do ônus da prova a seu favor quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

46- Sobre a relação jurídica de consumo, assinale a opção incorreta.

- a) Equipara-se a consumidor toda a vítima de acidente de consumo.
- b) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, todas as instituições financeiras estão alcançadas pela incidência das normas veiculadas pelo Código de Defesa do Consumidor.
- c) É entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.
- d) Ente despersonalizado pode ser fornecedor.
- e) Pessoa física não pode ser fornecedor, vez que ausente o requisito da vulnerabilidade em relação ao outro sujeito.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Nas questões 47 a 65, assinale a opção incorreta.

- 47- a) O réu pode, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.
- b) É admissível assistência em todos os graus de jurisdição, inclusive no Superior Tribunal de Justiça.
- c) O mero interesse econômico não é suficiente para justificar o ingresso de terceiro no processo, na qualidade de assistente simples.
- d) Na assistência qualificada, o terceiro interveniente também é titular da relação jurídica deduzida no processo, embora não tenha sido parte na demanda.
- e) Na denunciação da lide, caso o denunciante seja vencedor na ação principal, fica prejudicada a ação de denunciação, porque não há o que ser indenizado em regresso, já que o denunciante não foi condenado a indenizar. A mesma solução deve ser aplicada quando houver desistência ou extinção da ação principal sem julgamento do mérito.
- 48- a) Compete ao autor adiantar as despesas relativas a atos, cuja realização o juiz determinar de ofício, a menos que, na realidade, a prova, embora determinada pelo juiz, somente interesse ao réu, hipótese em que este é que deve adiantar as despesas correspondentes.
- b) O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida. A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar livremente o valor de uma e outra.
- c) A Fazenda Pública, quando parte no processo, não fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.
- d) Quem arrolou uma determinada testemunha pode desistir de ouvi-la, não sendo lícito à parte contrária impugnar essa desistência a pretexto de que não a arrolou porque já o fora anteriormente pelo adversário.
- e) Quanto ao sistema de valoração das provas, o Código de Processo Civil brasileiro adotou o princípio da persuasão racional.
- 49- a) O agravo de instrumento é o recurso cabível em face da decisão proferida em liquidação.
- b) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial implica sucumbência recíproca.
- c) A decisão que resolver a impugnação ao pleito executivo é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.
- d) As *astreintes* podem ser fixadas pelo juiz de ofício, mesmo sendo contra pessoa jurídica de direito público, que ficará obrigada a suportá-las, caso não cumpra a obrigação de fazer no prazo estipulado.
- e) A multa diária por descumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer fixada pelo juiz, quer tenha sido fixada na decisão ou sentença de conhecimento, pode ser modificada pelo juiz após o trânsito em julgado, caso se demonstre estar excessiva ou insuficiente. Não há ofensa a coisa julgada, mas sim aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* de que se reveste a decisão ou sentença na parte que fixou o valor da multa diária.
- 50- a) A remessa oficial devolve ao tribunal o reexame das parcelas da condenação suportadas pela fazenda pública. Contudo, não cabe ao Tribunal, na remessa necessária, apreciar questão referente aos honorários sucumbenciais impostos à Fazenda Pública.
- b) No reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.
- c) O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário.
- d) Além da matéria impugnada pela apelação (*tantum devolutum quantum appellatum*), sobe ao conhecimento do tribunal todas as questões de ordem pública que podem ser reconhecidas de ofício. É o que se denomina efeito translativo do recurso.
- e) Se a parte a quem favorece a remessa necessária desistir do recurso voluntário que interpôs, fica prejudicado o recurso adesivo da parte contrária, e o tribunal conhecerá unicamente da remessa necessária.

- 51- a) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido. A este fenômeno dá-se o nome de coisa julgada soberana.
- b) A segunda parte da sentença, a fundamentação, composta pelos motivos de fato e de direito, bem como pela verdade dos fatos estabelecida como premissa para o julgamento, não é atingida pela coisa julgada material, ainda que determinante e imprescindível para se demonstrar o conteúdo da parte dispositiva da sentença.
- c) O Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que, se a autoridade apontada como coatora no mandado de segurança, em suas informações, não se limita a arguir sua ilegitimidade passiva, defendendo o ato impugnado, aplica-se a teoria da encampação e a autoridade indicada passa a ter legitimidade para a causa.
- d) O Superior Tribunal de Justiça entende que a intimação do Ministério Público se opera com a entrega dos autos à secretaria administrativa do órgão e não por meio do recebimento pessoal do processo pelo membro do *parquet*.
- e) Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.
- 52- a) É cabível a concessão de tutela antecipada na própria sentença, desde que presentes os pressupostos legais. No entanto, tal sentença não pode ser impugnada, simultaneamente, por apelação, quanto ao mérito, e por agravo quanto à tutela antecipada nela concedida.
- b) A tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- c) O réu não pode pleitear tutela antecipada em ação dúplice.
- d) A tutela antecipada pode ser concedida em grau de recurso.
- e) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do inadimplemento. Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como o desfazimento de obras.
- 53- a) As hipóteses de cabimento da ação rescisória são aquelas estabelecidas na lei vigente à época do trânsito em julgado da decisão rescindenda.
- b) Caso o réu não conteste a ação rescisória, não serão presumidos como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.
- c) Se a petição inicial da ação rescisória for indeferida, nem assim se suspende ou interrompe o prazo para o ajuizamento de outra rescisória.
- d) É cabível ação rescisória contra acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade.
- e) O Superior Tribunal de Justiça tem-se manifestado no sentido de que a ação rescisória não pode ser utilizada para reconhecer a nulidade do processo por falta de citação. A hipótese é de ação anulatória (*querella nulitatis*) e não pedido rescisório.
- 54- a) Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais. Contudo, se a discussão referir-se a texto constitucional de interpretação controvertida, então, neste caso, é cabível ação rescisória.
- b) É possível ação rescisória contra acórdão proferido em ação rescisória. Nesta hipótese, o acórdão tem que ter decidido o mérito da pretensão (*iudicium rescissorium*) e deve padecer de algum dos vícios enumerados no art. 485 do CPC.
- c) No julgamento da ação rescisória, não cabe o *iudicium rescissorium* quando se busca anulação de sentença que ofendera a coisa julgada.

- d) As hipóteses que ensejam a rescisão da sentença estão arroladas em *numerus clausus* na norma processual civil. Sendo assim, o rol do art. 485 do CPC é taxativo.
- e) É incabível a reconvenção em ação rescisória, ainda que de cunho rescisório.
- 55- a) Ao réu assiste interesse em apelar da sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito, objetivando obter a sentença de improcedência.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.
- c) Cabem embargos infringentes, quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória.
- d) São cabíveis embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento, que não admite o recurso especial.
- e) É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra acórdão proferido no tribunal de origem.
- 56- a) É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.
- b) O recurso principal interposto por terceiro prejudicado admite recurso adesivo.
- c) O Presidente do Tribunal *a quo* não pode indeferir o processamento e o seguimento do agravo de instrumento interposto contra decisão de indeferimento do Recurso Especial. Se o fizer, terá invadido a esfera de competência do STJ e seu ato será passível de correção pela via da reclamação. Não é lícito negar-se seguimento a agravo, ainda que se trate de fundamento relativo à intempestividade.
- d) Não cabe recurso extraordinário por dissídio jurisprudencial.
- e) Não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.
- 57- a) Para admissibilidade do recurso especial com base na divergência jurisprudencial, não é necessário que a decisão divergente seja unânime.
- b) É incabível o agravo de instrumento interposto contra decisão que admite parcialmente o recurso especial, porquanto, nesta hipótese, o juízo de admissibilidade é integralmente devolvido ao STJ.
- c) Não é cabível recurso extraordinário para o STF, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- d) Não são admissíveis embargos de divergência contra decisão monocrática de Relator que julgar recurso especial, a qual deverá ser atacada via agravo interno, cujo julgamento, então, poderá ser hostilizado pelos embargos de divergência.
- e) Havendo decisão sobre questão constitucional e federal no acórdão, a parte deverá, desde logo, interpor simultaneamente o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial. Interposto apenas o Recurso Especial, não é mais admissível o Recurso Extraordinário, após o Julgamento do Recurso Especial para impugnar matéria preexistente, decidida no acórdão que fora impugnado somente pelo Recurso Especial.
- 58- a) A adoção do princípio da fungibilidade recursal exige que não haja erro grosseiro e, também, que o recurso errado haja sido interposto no prazo do recurso cabível.
- b) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem legitimidade para interpor Embargos de Divergência perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.
- d) O interesse em recorrer é um dos requisitos à admissibilidade dos recursos. Assim, é possível afirmar que tem interesse em recorrer quem só teve acolhido o pedido sucessivo que formulou, e não o principal.

- e) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- 59- a) O dissídio jurisprudencial com súmula autoriza a interposição do recurso especial, sendo prescindível, nesta hipótese, a demonstração do dissenso com os julgados que originaram o verbete indicado como divergente.
- b) O julgamento de mérito proferido pelo tribunal em apelação substituirá a sentença recorrida no que tiver sido objeto do recurso. Assim, somente haverá a substituição se a apelação for conhecida.
- c) Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos, não sendo possível a juntada posterior do instrumento de mandato.
- d) Em havendo obscuridade, omissão ou contradição em provimento jurisdicional, ainda que por via de decisão singular interlocutória, são cabíveis os embargos de declaração, que objetivam expungir da decisão os vícios que eventualmente impeçam ou prejudiquem a sua perfeita aplicação.
- e) O recurso especial interposto, antes do julgamento dos embargos de declaração, deve ser posteriormente ratificado, sob pena de não ser admitido.
- 60- a) O recurso adesivo não está condicionado à apresentação de contra-razões ao recurso principal, porque são independentes ambos os institutos de direito processual.
- b) Quem interpôs o recurso principal fora do prazo, não pode interpor o adesivo.
- c) A matéria objeto do recurso adesivo não precisa guardar correlação temática com a do principal.
- d) Aplica-se ao recurso adesivo o privilégio do prazo recursal dobrado, conferido à Fazenda Pública e ao Ministério Público.
- e) Não é cabível recurso adesivo nos embargos infringentes.
- 61- a) É cabível execução por título extrajudicial contra a fazenda pública.
- b) Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.
- c) O despacho que determina a formação de precatório é decisão interlocutória, passível de ser atacada por agravo.
- d) A sentença que julga improcedente os embargos à execução de título judicial, opostos pela Fazenda Pública, está sujeita ao reexame necessário.
- e) Em se tratando de execução por quantia certa de título judicial contra a Fazenda Pública, a regra geral é a de que somente são devidos honorários advocatícios se houver embargos. A regra, todavia, é aplicável apenas às hipóteses em que a fazenda pública está submetida a regime de precatório, o que impede o cumprimento espontâneo da obrigação devida por força da sentença.
- 62- a) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se requerida antes do vencimento do prazo.
- b) Não é admissível ação declaratória incidental no procedimento sumário.
- c) A perempção é a perda do direito de ação daquele que por três vezes deu causa à extinção do processo por abandono. Com isso, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- d) No procedimento sumário, o réu deverá ser citado para audiência de conciliação com a antecedência mínima de dez dias. Sendo ré a Fazenda Pública, a antecedência mínima será de quarenta dias.
- e) Proposta a ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá a desistência.

- 63- a) A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- b) O juízo da ação popular é universal, impondo-se a reunião de todas as ações conexas, com fundamentos jurídicos iguais e semelhantes.
- c) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- d) Na ação popular, a sentença que concluir pela carência da ação ou pela improcedência do pedido está sujeita ao reexame necessário, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- e) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação popular e suscetíveis de recurso, poderão recorrer apenas o autor da ação popular e o Ministério Público.
- 64- a) A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.
- b) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- c) O prazo decadencial de 120 dias, previsto no art. 18 da Lei n. 1.533/1951, não se aplica ao mandado de segurança preventivo.
- d) Não cabe Mandado de Segurança contra ato que admite recurso especial no Tribunal *a quo*.
- e) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança coletivo, quando a pretensão veiculada interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.

- 65- a) A impetração de Mandado de Segurança coletivo por entidade de classe, em favor dos associados, independe da autorização destes.
- b) A autoridade coatora no mandado de segurança tem legitimidade para recorrer da decisão liminar.
- c) O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, quando denegatória a decisão. Se a decisão for concessiva, pode ser impugnada por Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal ou por Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça, conforme a hipótese.
- e) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.

---

### DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

66- Julgue os itens a seguir:

- I. Os princípios gerais são fontes subsidiárias do direito;
- II. Os princípios são enunciados genéricos explícitos ou deduzidos do ordenamento jurídico, coadjuvando o legislador a elaborar leis, mas desservindo ao intérprete no tocante à aplicação das normas;
- III. A Constituição enumerou alguns princípios de Direito do Trabalho, como o da dignidade humana e os valores sociais do trabalho;
- IV. O princípio da proteção do trabalho resulta da intervenção do Estado nas relações de trabalho e estipula um conteúdo mínimo inalterável pelas partes, inclusive quanto a cláusulas que beneficiem o empregado;

- V. Os princípios da condição mais benéfica e da norma mais favorável têm natureza distinta daquela do princípio de proteção do trabalhador.

A quantidade de itens verdadeiros é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

67- Identifique as assertivas inverídicas:

- I. As Orientações Jurisprudenciais são editadas pelas Turmas do Tribunal Superior do Trabalho e correspondem às iterativa, notória e atual jurisprudência daquela Corte;
- II. Precedente normativo é a cristalização das condições de trabalho reiteradamente apreciadas nos dissídios coletivos. Tem a mesma natureza que a súmula, pois decorre da reflexão sobre o direito positivo;
- III. A eqüidade é fonte do direito na medida em que permite ao magistrado ajustar a lei ao caso concreto;
- IV. As condições estabelecidas em convenção coletiva prevalecem sobre as estipuladas em acordo;
- V. É válido dispositivo em que o empregador celebra com seus trabalhadores contratos com cláusulas contrárias ao que tiver sido ajustado em convenção ou acordo coletivo.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

68- Examine os itens seguintes:

- I. Segundo a doutrina comum, a distinção entre trabalho autônomo e subordinado é decorrente do Direito Romano, com as figuras da *locatio operis* e *locatio operarum*. Na primeira, tem-se como base a força de trabalho e na segunda o relevante é o resultado do trabalho;
- II. A teoria do “ato-condição”, de Leon Duguit, explica que, previamente ao acordo de vontades de empregado e empregador, existe um estatuto legal que antecede à admissão, infirmando o conceito de contrato de trabalho decorrente daquele ajuste de vontade;
- III. É nulo o contrato de trabalho que objetiva desvirtuar, impedir ou fraudar as normas de proteção ao trabalho;
- IV. Se o contrato é nulo em virtude da incapacidade do agente, muito embora este último não tenha ocultado sua menoridade, não são cabíveis os direitos decorrentes do regime legal de emprego;

- V. A invalidade de uma cláusula do contrato de trabalho, de conteúdo acessório, conduz necessariamente à decretação da nulidade de todo o teor do pacto trabalhista.

A quantidade de itens falsos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

69- Avalie os itens seguintes quanto à veracidade:

- I. A lei trabalhista impõe um limite mínimo à vontade das partes na estipulação das regras de contrato individual do trabalho;
- II. O contrato de trabalho prova-se por todos os meios em direito admitidos, inclusive testemunhal, salvo, neste caso, se o valor do contrato ultrapassar o décuplo do salário mínimo vigente;
- III. As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social feitas pelo empregador geram contra este uma presunção *juris tantum*;
- IV. É possível afirmar a distinção entre contrato de trabalho proibido e ilícito para fins de seus efeitos. No contrato onde a atividade é proibida, não pode o empregado pleitear o pagamento do serviço. Se o objeto for ilícito, poderá requerer a contraprestação salarial;
- V. Na paralisação decorrente do exercício de greve ocorre a suspensão do contrato de trabalho, desde que observados o regime legal daquele direito pelos trabalhadores sendo, ainda, devido o pagamento dos salários durante os dias de greve.

A quantidade de itens verdadeiros é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

70- Aprecie os itens a seguir, julgue-os verdadeiros(V) ou falsos(F), e assinale a opção correspondente:

- I. O FGTS foi criado, em caráter optativo ao regime da estabilidade, como novo sistema de indenização, tendo como base o tempo de serviço;
- II. A base de cálculo do FGTS é a remuneração paga ou devida no mês anterior incidindo, inclusive, sobre a gratificação de natal, ajuda de custo e diárias de viagem;
- III. Na hipótese de despedida sem justa causa e de força maior, o empregador pagará 40%(quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada. Na hipótese de despedida por culpa recíproca, o percentual será de 20% (vinte por cento);
- IV. A contribuição para o FGTS tem natureza jurídica de contribuição fiscal;

V. O depósito de FGTS assim como o saldo de salários e o aviso prévio são parcelas devidas na indenização de contratos de trabalho considerados nulos.

- a) V, F, V, F, V
- b) F, F, F, F, F
- c) F, V, F, V, F
- d) V, F, F, F, F
- e) F, V, F, F, V

71- Aprecie os itens abaixo marcando com “F” a afirmativa falsa e com “V” a afirmativa verdadeira assinalando, em seguida, a opção correta:

- I. Quanto às nulidades no Processo do Trabalho, vige o princípio da transcendência, no qual se considera sanada a nulidade pelo consentimento da parte prejudicada;
- II. O Distrito Federal será citado para a audiência que será a primeira desimpedida após 05 (cinco) dias;
- III. O prazo de decadência da ação rescisória conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, desde que de mérito;
- IV. O atestado médico capaz de afastar a revelia do empregado, ausente na audiência em que deveria apresentar defesa, deve declarar obrigatoriamente a impossibilidade de locomoção do empregador, ou do seu preposto, no dia da audiência;
- V. A ausência de defesa na ação rescisória acarreta a revelia, diante da contumácia do réu em não apresentar as objeções em sede de contestação e no momento processual próprio.

- a) V, F, V, F, V
- b) F, F, V, F, V
- c) F, F, V, F, F
- d) F, F, F, V, F
- e) F, V, F, F, F

72- Aprecie os itens a seguir, julgue-os verdadeiros(V) ou falsos(F), e assinale a opção correspondente:

- I. É aplicável na Justiça do Trabalho o princípio da identidade física do juiz;
- II. O processo civil é sempre subsidiário do processo do trabalho;
- III. A compensação pode ser argüida como matéria de defesa, inclusive no momento das contra-razões, desde que restrita à dívida de natureza trabalhista;
- IV. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na ação;

V. Os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, de até 15%(quinze por cento), são devidos desde que a parte esteja assistida pelo sindicato da categoria profissional e comprove a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo.

- a) V, F, V, F, V
- b) F, V, F, V, F
- c) F, F, F, F, F
- d) V, F, F, V, F
- e) F, V, F, F, F

---

### DIREITO ADMINISTRATIVO

73- Considerando que o Direito Administrativo Brasileiro encontra-se informado por princípios, examine os itens a seguir:

- I. Em atenção à necessidade de se preservar os padrões de moralidade no serviço público, sublinha-se a disciplina aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, em resolução regulamentadora de dispositivo constitucional, pela qual ficou expressamente vedada a condenável prática do nepotismo;
- II. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é princípio geral de Direito. Nesse diapasão, como expressão dessa supremacia, a Administração, por representar o interesse público, tem a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais;
- III. O princípio da impessoalidade aparece expressamente mencionado na Lei n. 9.784/99, abrangendo a presunção de verdade e de legalidade que devem nortear os atos praticados pela Administração Pública;
- IV. Quanto ao princípio da continuidade do serviço público, entende-se a possibilidade, para quem contrata com a Administração, de invocar a *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos que tenham por objeto a execução de serviço público;
- V. O princípio da Segurança Jurídica, disposto na Lei n. 9.784/99, justifica-se pelo fato de ser comum, na esfera administrativa, haver mudança de interpretação de determinadas normas legais, com a conseqüente mudança de orientação, em caráter normativo, vedando, assim, aplicação retroativa.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5



74- Quanto aos Poderes da Administração Pública, Desvio e Abuso de Poder examine os itens a seguir:

- I. Corolário do poder-dever de agir é a situação de ilegitimidade de que se reveste a inércia do administrador, na medida em que lhe incumbe conduta comissiva, podendo a omissão configurar-se como ilegal;
- II. A conduta abusiva dos administradores pode decorrer da situação em que há excesso de poder, que é a forma de abuso própria da atuação do agente fora dos limites de sua competência administrativa;
- III. Os regulamentos administrativos ou de organização contêm normas sobre a organização administrativa ou sobre as relações entre os particulares que estejam em situação de submissão especial ao Estado, decorrente de um título jurídico especial;
- IV. Pelo poder vinculado, compete ao superior estar permanentemente atento aos atos praticados pelos subordinados, a fim de corrigi-los sempre que se desviem da legalidade;
- V. A discricionariedade existe, ilimitadamente, nos procedimentos previstos para apuração da falta, uma vez que os Estatutos funcionais não estabelecem regras rígidas como as que se impõem na esfera criminal.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1          b) 2          c) 3          d) 4          e) 5

75- Com pertinência ao Poder de Polícia, observe as assertivas a seguir:

- I. Os meios pelos quais o Estado se utiliza para exercer o Poder de Polícia, de modo a abranger as atividades do Legislativo e do Executivo, são os atos normativos, os atos administrativos e operações materiais de aplicação ao caso concreto;
- II. A medida de polícia, ainda que seja discricionária, encontra algumas limitações impostas pela lei, quanto à competência e à forma, aos fins e mesmo com relação aos motivos ou ao objeto;
- III. Considera-se poder de polícia atividade da Administração Pública que regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos;

IV. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder;

V. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 1.717/DF, cujo relator foi o Ministro Sydney Sanches, decidiu que o exercício do poder de polícia pode ser delegado a entidades privadas.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1          b) 2          c) 3          d) 4          e) 5

76- Assinale a opção correta, conforme disposto na Lei Complementar n. 395/2001.

- a) A Procuradoria-Geral do Distrito Federal é equiparada, para todos os efeitos, às secretarias de estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de secretário de justiça.
- b) Compete ao Procurador-Corregedor julgar os processos administrativos disciplinares instaurados contra Procuradores do Distrito Federal e propor as medidas cabíveis, ressalvados os casos de competência do Governador do Distrito Federal.
- c) Ao Procurador-Geral do Distrito Federal cabe prestar orientação jurídica ao Governador do Distrito Federal e Secretários de Estado nos assuntos de competência do Governo do Distrito Federal.
- d) Compete à Corregedoria oficial ao Conselho de Administração pela instauração de processo administrativo disciplinar contra integrante da carreira de Procurador do Distrito Federal.
- e) Compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal avocar a defesa de entidade da Administração Indireta, quando julgar conveniente ou quando determinada pelo Governador.

77-Analise os itens a seguir:

- I. Desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica;
- II. A Constituição Federal de 1988 dispõe que a área de atuação da empresa pública deverá ser definida por lei complementar;
- III. A Constituição Federal de 1988 dispõe que somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação;
- IV. As autarquias e fundações dependerão de autorização legislativa para criarem suas subsidiárias, conforme disposto na Constituição Federal, não sendo atingidas por essa exigência constitucional as sociedades de economia mista e as empresas públicas;
- V. Compete à Justiça Federal julgar as causas comuns em que é parte a sociedade de economia mista no plano federal.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

78- Analise os itens a seguir:

- I. É competente a Justiça Federal para julgar as causas comuns em que é parte a sociedade de economia mista;
- II. A Súmula Vinculante n. 03, recentemente aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, diz respeito ao Processo Administrativo perante o Tribunal de Contas da União. A referida súmula enfatiza o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;
- III. O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 2º, do artigo 1º da Lei n. 8.906/94, o qual considerou que os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados;
- IV. Segundo recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o *habeas data* é o meio hábil para buscar extrair cópia integral de autos de processo administrativo;

- V. Em recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, asseverou-se que, embora não caiba ao Poder Judiciário apreciar o mérito dos atos administrativos, a análise de sua discricionariedade é possível para a verificação de sua regularidade em relação às causas, aos motivos e à finalidade que ensejam.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

79- A respeito da Lei n. 11.079/04, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, apenas na modalidade patrocinada.
- b) A contraprestação da Administração Pública nos Contratos de parceria público-privada poderá ser feita somente pelos meios admitidos na Lei n. 11.079/04, sendo vedada a criação de novos instrumentos.
- c) As cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas desde que haja homologação pela Administração Pública.
- d) A contraprestação da Administração Pública dispensa disponibilização precedida do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
- e) Na contratação de parceria público-privada serão observadas, entre outras, as diretrizes: de indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado.

80- No tocante às agências reguladoras no Direito Brasileiro:

- I. As agências reguladoras são autarquias sob regime especial;
- II. Entre as atividades afetas à disciplina e controle de tais entidades destacam-se os serviços públicos relacionados à energia elétrica, transportes terrestres, transportes aquaviários, aviação civil, atividades de fomento e fiscalização de atividade privada;
- III. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a criação de um órgão regulador;
- IV. As agências reguladoras exercem a atividade de regulação, abrangendo competência para estabelecer regras de conduta, para fiscalizar, reprimir, punir, resolver conflitos, não só no âmbito da própria concessão, mas também nas relações com outras prestadoras de serviço;
- V. Nos termos da Lei n. 9.986/2000, as agências reguladoras podem utilizar o pregão para as contratações referentes a obras e serviços de engenharia.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

81- Quanto aos Atos Administrativos, assinale a opção correta.

- a) Os atos administrativos podem ser convalidados se os vícios forem referentes aos motivos e à finalidade.
- b) A revogação é o instrumento pelo qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, tendo como pressuposto o interesse público, produzindo efeitos *ex nunc*.
- c) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos.
- d) A função de fato ocorre quando a pessoa que pratica o ato está regularmente investida no cargo, emprego ou função, e a sua situação tem toda aparência de legalidade. Neste diapasão, o ato praticado por funcionário de fato é considerado válido.
- e) Convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em ato ilegal, com efeitos *ex nunc*.

82- Analise os seguintes itens e marque a opção correta.

- a) Dispõe a Lei n. 8.666/93 que a licitação para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerá à seguinte seqüência: 1ª – projeto básico; 2ª – execução das obras e serviços; e 3ª – projeto executivo.
- b) As obras e serviços poderão ser executados, de acordo com a Lei n. 8.666/93, de forma direta ou indireta. Nesta última, poderá ser realizada apenas nos regimes de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral.
- c) Considera-se empreitada por preço global, nos termos da Lei n. 8.666/93, quando se contrata um empreendimento compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.
- d) Cláusulas de privilégio ou cláusulas exorbitantes são as prerrogativas especiais conferidas à Administração na relação do contrato administrativo em virtude de sua posição de supremacia em relação à parte contratada. Assim, pode a Administração, quanto aos contratos administrativos: modificá-los unilateralmente, rescindi-los unilateralmente, fiscalizar-lhes a execução, aplicar sanções e, nos casos de serviços essenciais, ocupar indefinidamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.
- e) Os contratos administrativos de que trata a Lei n. 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não se aplicando aos mesmos as disposições de direito privado.

83-Analise os itens abaixo:

- I. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, julgou constitucional lei que autoriza a venda individual de área pública ocupada em localização de área de proteção ambiental, que sofreu processo de parcelamento reconhecido pela autoridade pública, dispensando os procedimentos da Lei n. 8.666/93, uma vez que, com fulcro na Constituição Federal de 1988, a União teria criado verdadeira hipótese de inexigibilidade de licitação;
- II. O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição definitiva para o concurso público, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça;
- III. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, reconheceu a responsabilidade civil do Estado do Ceará, condenando-o a indenizar família de policial de fato, morto em horário em que prestava serviço, não importando os motivos do crime;
- IV. O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável;
- V. Verdade sabida, acolhida no ordenamento jurídico pátrio, é o conhecimento pessoal e direto pela autoridade competente para aplicar a pena.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

84- Analise os itens a seguir:

- I. É essencial, para que se caracterize a concessão de obra pública, o fato de a remuneração do concessionário não ser feita pelo poder concedente, pois, se assim fosse, ter-se-ia simples contrato de empreitada;
- II. Incumbe ao poder público, na forma da lei, indiretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos;
- III. Permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;
- IV. Compete privativamente ao Distrito Federal disciplinar por meio de lei complementar os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

- V. Considera-se rescisão a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, nos termos da Lei n. 8987/95.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

85- Assinale a opção incorreta.

- a) O servidor estável do Distrito Federal poderá perder o cargo a fim de que haja adequação das despesas com pessoal ativo e inativo aos limites impostos pela legislação pertinente.
- b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
- c) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- d) São estáveis, após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Ademais, é obrigatória, como condição para aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- e) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo em comissão, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se somente às atribuições de chefia e assessoramento.

86- Nos termos da Lei n. 7.479/86 analise os itens a seguir:

- I. A carreira de oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal não é privativa de brasileiro nato;
- II. A Lei n. 7.479/86 exige limite de altura mínima para matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino bombeiro-militar;
- III. Somente em casos de flagrante delito, o bombeiro militar poderá ser preso por autoridade policial, ficando esta obrigada a entregá-lo imediatamente à autoridade do Corpo de Bombeiros mais próxima;
- IV. A incapacidade definitiva do bombeiro militar pode sobrevir em consequência de acidente ou doença, moléstia ou enfermidade, sem relação de causa e efeito com o serviço;

V. A exclusão a bem da disciplina pode ser aplicada *ex officio*.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

87- Em relação ao Processo Administrativo, analise os itens a seguir:

- I. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, ainda que a matéria não seja de sua competência, nos termos da Lei n. 9.784/99;
- II. Conforme expressa previsão legal, um órgão administrativo e seu titular poderão delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, mesmo que não lhes sejam hierarquicamente subordinados;
- III. Apenas o ato de delegação deverá ser publicado no meio oficial, observando-se o princípio da publicidade, tendo em vista a exigência legal, não se aplicando referida exigência para o ato de revogação;
- IV. De acordo com o disposto na Lei n. 9.784/99 e o princípio constitucional da moralidade administrativa, é suspeito de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse indireto na matéria;
- V. A Lei n. 9.784/99 admite a avocação de competência, ainda que interfira no duplo grau.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

88- A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, analise os itens a seguir:

- I. O Distrito Federal responde pelos danos que seus servidores, nessa qualidade, causarem a terceiro por culpa exclusiva da vítima;
- II. A responsabilidade civil do agente público, em face de ação regressiva perante a Administração Pública, é objetiva;
- III. De acordo com recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, reconheceu-se culpa exclusiva da vítima, que foi atropelada em linha férrea, utilizando passagem clandestina aberta no muro sem conservação e sem fiscalização da empresa ferroviária;

IV. Haverá responsabilidade civil objetiva do Estado, de acordo com posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, no caso de presidiário que se suicidou no estabelecimento prisional, tendo em vista que é dever do Estado proteger seus detentos, inclusive contra si mesmo;

V. Com referência à Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais, na jurisprudência brasileira, como regra, prevalece a admissibilidade da responsabilidade civil, devendo a ação ser proposta contra a Fazenda Estadual, a qual tem o direito de regresso contra o magistrado responsável, nos casos de dolo ou culpa.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

89- Analise os itens abaixo:

- I. A desapropriação-confisco, disciplinada no art. 243 da Constituição Federal de 1988, tem por objetivo a expropriação de glebas em que sejam localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, as quais passam a ser destinadas ao assentamento de colonos para cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, gerando ao Poder Público o dever de indenizar o proprietário, face o princípio do enriquecimento sem causa Estatal, sem prejuízo das sanções previstas em lei;
- II. Requisição é o instituto que autoriza o Poder Público a usar propriedade imóvel privada para permitir a execução de obra e serviços de interesse coletivo;
- III. As terras devolutas não compreendidas entre as da União pertencem aos Municípios;
- IV. É ilícito à Administração Pública exigir retribuição pecuniária para a utilização de bem público comum do povo;
- V. As concessões de terras devolutas situadas na faixa de fronteira, feitas pelos Estados, autorizam apenas o uso, permanecendo o domínio com a União.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

90- Considerando o parcelamento do solo urbano e rural e o estatuto da cidade, analise os itens abaixo:

- I. De acordo com a Lei n. 10.257/2001, o plano diretor, aprovado por lei Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório para todas as cidades;
- II. Dispõe, expressamente o estatuto da cidade que a usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis;
- III. Enquanto estiver tramitando ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petições ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo;
- IV. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, bem como da cidade;
- V. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revisada, pelo menos, a cada dez anos, conforme disposto na Lei n. 10.257/2001.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

91- Em relação à Política Nacional de Proteção ao Meio Ambiente disposta na Lei n. 6.938/81, bem como o disposto na Lei n. 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e a Lei Distrital n. 41/89 que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal, analise os itens a seguir:

- I. Considera-se meio ambiente, para fins do previsto na Lei n. 6.938/81, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- II. Compete ao CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;
- III. O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) tem por objetivos, entre outros, proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica, bem como recuperar recursos hídricos e edáficos;

IV. Conforme disposto na Lei n. 9.985/00, as populações tradicionais residentes em unidades de conservação, nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condição impostos por estes;

V. Ao Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital n. 41/89, no exercício de suas competências constitucionais e legais relacionadas com o meio ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações e recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como a participação da população na consecução dos objetivos a serem estabelecidos em Lei Complementar.

A quantidade de itens incorretos é igual a:

- a) 1      b) 2      c) 3      d) 4      e) 5

---

### DIREITO COMERCIAL

92- Uma vara falimentar do foro de Brasília decretou a falência de uma instituição financeira situada em sua jurisdição. Considerando que o Distrito Federal é credor da falida, bem como seus interesses encontram-se em xeque, em razão de uma série de pedidos de restituição ajuizados contra a massa, a sua Procuradoria deve estar bastante atenta. Quanto a essa situação, marque, abaixo, a opção incorreta.

- a) De acordo com recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, no caso de falência de instituição financeira, os respectivos clientes (depositantes de valores em dinheiro) devem aviar habilitação de crédito, e não pedido de restituição.
- b) Da sentença que julgar o pedido de restituição, caberá apelação sem efeito suspensivo.
- c) A sentença que negar a restituição, quando for o caso, incluirá o requerente no quadro-geral de credores, na classificação que lhe couber.
- d) O autor do pedido de restituição, que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença, prestará caução.
- e) O requerente que tiver obtido êxito no seu pedido de restituição não tem a obrigação de ressarcir à massa falida ou a quem tiver suportado as despesas de conservação da coisa reclamada.

93- Um traço característico da doutrina societária contemporânea é a nítida distinção entre os regimes jurídicos das companhias abertas e fechadas, bem como a aproximação destas às sociedades limitadas. Essa aproximação, a propósito, evidencia-se, no Brasil, pela minuciosa sistemática dedicada pelo Código Civil às limitadas. Diante desse cenário, aponte, a seguir, a opção incorreta.

- a) O estatuto da companhia fechada pode impor limitações à circulação das ações nominativas, contanto que regule minuciosamente tais limitações e não impeça a negociação, nem sujeite o acionista ao arbítrio dos órgãos de administração da companhia ou da maioria dos acionistas.
- b) Sem prejuízo dos poderes da assembléia dos sócios, pode o contrato da sociedade limitada instituir conselho fiscal.
- c) Tanto na companhia fechada quanto na sociedade limitada, o sócio pode ser representado na assembléia por procurador, desde que este seja sócio ou advogado e, no caso da anônima, pode ainda ser administrador.
- d) Por aplicação supletiva do regime das sociedades por ações, a doutrina admite, no âmbito das limitadas, a validade e a eficácia do acordo de cotistas.
- e) A sociedade limitada, assim como a anônima fechada, independentemente de seu objeto, registra-se na Junta Comercial.

94- Desde Rochdale, na Inglaterra, as cooperativas singulares difundiram-se como um importante instrumento catalisador das condições econômicas e sociais de seus associados. A respeito dos aspectos societários das cooperativas no atual estágio do ordenamento brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Para a constituição de uma cooperativa, é indispensável a participação de, no mínimo, 30 (trinta) associados.
- b) Assim como as sociedades em geral, as cooperativas orientam-se pelo princípio da intangibilidade do capital social.
- c) Conforme seu objeto, a sociedade cooperativa poderá ser empresária ou simples.
- d) Nas cooperativas, cada sócio tem direito a um só voto, qualquer que seja o valor de sua participação.
- e) O regime das cooperativas admite amplamente a alienação das participações dos associados.

95- O Distrito Federal apresentou pedido de registro, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, da marca Na Hora (Na Hora, serviço de atendimento imediato ao cidadão). Com respeito ao exame desse pedido e aos efeitos do respectivo registro, marque a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, após a expedição do certificado de registro da marca Na Hora, poderá impedir a sua citação em obra científica, mesmo que não haja conotação comercial nem prejuízo a seu caráter distintivo.
- b) O registro da marca Na Hora vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, improrrogáveis e contados da data de sua concessão.
- c) Apresentado o pedido de registro da marca Na Hora, será ele submetido a exame formal preliminar e, se devidamente instruído, será protocolizado, considerada a data de depósito a da sua apresentação.
- d) Depois de expedido o certificado de registro da marca Na Hora, caso algum interessado pleiteie judicialmente a sua nulidade, será competente para processar e julgar o feito a Justiça do Distrito Federal.
- e) A marca Na Hora, após a concessão do registro, por ficção legal, considerar-se-á bem imóvel para todos os efeitos, inclusive será suscetível de hipoteca.

96- Com as recentes e radicais alterações climáticas por que passa a Terra, um tornado atingiu o Distrito Federal, devastando edifícios públicos e privados do entorno. Instaurou-se verdadeiro quadro de calamidade e, para contorná-lo, o GDF resolveu desapropriar, por utilidade pública, o controle acionário de uma grande construtora local, organizada sob a forma de companhia fechada, com estrutura orgânica consistente em diretoria, assembléia geral e conselho fiscal inativo. Após a expropriação de seu controle, a sociedade ocupar-se-á da reconstrução das áreas atingidas. Diante dessa situação, marque a opção incorreta.

- a) No caso, em princípio, considerar-se-á justa indenização o pagamento, pelo Distrito Federal, do valor nominal das ações integrantes do bloco de controle da construtora.
- b) Com a desapropriação, pelo Distrito Federal, do controle da construtora, os acionistas terão direito de pedir, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação da primeira ata da assembléia geral, realizada após a aquisição do controle, o reembolso das suas ações.

- c) Após a desapropriação do bloco de controle pelo Distrito Federal, o funcionamento do conselho fiscal da companhia será permanente.
- d) Na companhia, o Distrito Federal terá os mesmos deveres e responsabilidades do acionista controlador, mas poderá orientar as atividades dela de modo a atender ao interesse público que justificou a desapropriação.
- e) No caso, a companhia cujo controle foi expropriado não se encontra sujeita às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

---

#### DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

97-Por meio de critérios políticos, o legislador elege os bens jurídicos de maior relevância para a sociedade que mereçam a tutela do Direito Penal, punindo condutas positivas ou negativas, como medida de proteção desses bens maiores. Assinale a opção que retrata o princípio ora descrito.

- a) Princípio da adequação social.
- b) Princípio da intervenção mínima.
- c) Princípio da fragmentariedade.
- d) Princípio da extra-atividade da lei penal.
- e) Princípio da insignificância.

98-Com relação aos aspectos penais da Lei n. 8.249/92, marque a opção correta.

- a) A Constituição Federal atribui aos atos de improbidade natureza penal. Tal conclusão pode ser inferida da ressalva que faz em seu texto quanto à possibilidade de propositura da ação penal cabível, o que não fez ao se referir às sanções administrativas e civis.
- b) A Lei n. 8.249/92 não contém disposição própria que defina como crime a representação por ato de improbidade, relativamente ao terceiro apontado como beneficiário do agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- c) A aprovação ou rejeição das contas pelo Tribunal de Contas é condição de punibilidade das sanções penais previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) A atuação do Ministério Público, para a apuração de ilícito penal previsto na Lei n. 8.249/92, independe da prévia existência de procedimento administrativo por ato de improbidade, podendo, a seu critério, requisitar a instauração de inquérito policial.
- e) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos independem do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

99-Acerca dos aspectos penais do parcelamento do solo urbano, assinale a opção correta.

- a) Não constitui crime contra a Administração Pública o desmembramento do solo para fins urbanos, sem a autorização do órgão público competente.
- b) Por já se tratarem de crimes contra a Administração Pública, os ilícitos penais previstos na Lei de Parcelamento do Solo Urbano não comportam a forma qualificada.
- c) Comete crime contra a Administração Pública aquele que, autorizado a efetuar loteamento do solo para fins urbanos, exorbita as determinações constantes do ato administrativo de licença.
- d) A mera veiculação de prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, com afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, não constitui crime contra a Administração Pública.
- e) A Lei n. 6.766/79 contém, em seu rol de ilícitos penais, crime instantâneo de efeitos permanentes. Essa é uma das raras hipóteses no Direito Penal Brasileiro em que não há incidência de prescrição.

100-Assinale a opção correta quanto ao inquérito e à ação penal.

- a) O privilégio contra a auto-incriminação (*nemo tenetur se detegere*), erigido em garantia fundamental pela Constituição, além da inconstitucionalidade superveniente da parte final do art. 186 CPP, importou compelir o inquiridor, na polícia ou em juízo, ao dever de advertir o interrogado do seu direito ao silêncio. A falta da advertência, e da sua documentação formal, faz ilícita a prova.
- b) A Constituição assegura ao preso o direito de ser informado dos seus direitos. Por tal razão, o Supremo Tribunal Federal entende que a oponibilidade do sigilo do inquérito prevalece em relação ao indiciado solto.
- c) Os crimes definidos na Lei n. 8.666/93 não admitem ação penal privada subsidiária da pública, caso não ajuizada no prazo legal pelo Ministério Público.
- d) A Lei n. 9.099/1995 não se aplica aos crimes sujeitos a ritos especiais, inclusive àqueles apurados mediante ação penal exclusivamente privada, como os crimes contra a honra.
- e) Nos crimes previstos na Lei n. 8.666/93 e na Lei n. 8.249/92, apresentada a denúncia, o réu será ouvido em defesa prévia escrita. Uma vez recebida, será designada data para interrogatório.